

A LIÇÃO DA RAINHA GINGA

Rita Ciotta NEVES⁷⁸

RESUMO

O artigo pretende analisar o último romance do escritor angolano José Eduardo Agualusa, intitulado “A Rainha Ginga”. Partindo do texto e do seu contexto histórico, que se refere à primeira colonização portuguesa no século XVII, o objectivo da análise é essencialmente o de considerar as temáticas apresentadas pelo romance, nomeadamente a temática da colonização e da escravatura. Através da leitura de testemunhos históricos e sobretudo das memórias do padre capuchinho Cavazzi de Montecucolo, Agualusa traça duas figuras fascinantes e, ao mesmo tempo, ambíguas: a do padre Francisco José de Santa Cruz e a da Rainha Ginga.

PALAVRAS-CHAVE: Agualusa, Angola, Rainha Ginga, Colonialismo, Escravatura

1. Introdução

No nosso artigo tentaremos, indo ao encontro da temática geral do Simpósio, abrir uma pluralidade de fronteiras. Ou seja, umas bifurcações que nos façam circular entre horizontes literários, históricos, de identidade e de género.

O conceito de fronteira, como sabemos, mudou: durante o colonialismo significava separação e divisão, hoje ao contrário, na era pós-colonial que é a nossa, a expressão “fronteira” remete para uma situação de diálogo e de trocas culturais, para uma osmose que cria um produto híbrido e mestiço.

A nossa é, com certeza, uma tarefa arrojada, que será difícil levar a termo no curto espaço que nos é dado nesta sessão, mesmo assim lançaremos algumas ideias, algumas pistas, que poderão ser aprofundadas no futuro.

Partimos, para ilustrar o nosso discurso, de uma obra literária, “A rainha Ginga”, o último romance do escritor José Eduardo Agualusa, publicado em Portugal em 2014 pela editora Quetzal.

78 NEVES, Rita Ciotta, Universidade Lusófona, ECATI, Lisboa, Portugal, rita.ciotta@gmail.com

Contudo, não pretendemos levar a termo uma crítica literária propriamente dita. A nossa intenção é partir do texto para desenvolvermos algumas temáticas presentes nele. Temáticas que, como veremos, são principalmente de ordem ideológica e histórica, tais como o colonialismo e o pós-colonialismo, a escravatura, as questões de identidade e de género.

Em relação ao autor, pensamos que Eduardo Agualusa não precisa, no âmbito cultural lusófono em que nos encontramos, de muitas apresentações. Queremos só lembrar alguns dados que contribuem para a sua identidade e precisamente por ser ela um interessante exemplo de lusofonia: nascido no Huambo, em Angola, em 1960, o escritor mora actualmente em Portugal, mas após anos de vivência noutros territórios lusófonos, como o Brasil e até a longínqua Goa. Publicou onze romances e quatro recolhas de contos e a sua obra está traduzida em 25 línguas.

Agualusa é, com certeza, um escritor de grande interesse, quer pelo seu valor literário, quer pelas temáticas que aborda, ligadas à história portuguesa, africana e brasileira, um triângulo lusófono constantemente presente na sua obra.

Salientamos, de modo especial, o interesse pelo seu estilo literário e pelos jogos linguísticos que poderíamos, sem dúvida, definir de “fronteiriços”, por movimentarem-se ambos entre o realismo e o realismo mágico, sendo Agualusa um excelente herdeiro dos grandes mestres Gabriel Garcia Marquez e Jorge Amado.

Agualusa parece-nos, assim, juntamente com o escritor moçambicano Mia Couto, um dos representantes mais marcantes da literatura lusófona contemporânea e o seu último romance “A Rainha Ginga” só vem confirmar esta afirmação.

“A Rainha Ginga” é um romance complexo, em primeiro lugar, por querer pertencer a um género literário fascinante, mas difícil: o género do romance histórico. E em segundo lugar, por querer apresentar duas personagens extraordinárias, mas ao mesmo tempo extremamente ambíguas: a personagem de Ginga, a rainha que, no século XVII, enfrentou e combateu contra a primeira colonização portuguesa em terras angolanas e o padre Francisco José da Santa Cruz, pernambucano, mas de sangue português e africano, que, no romance, vive na corte da rainha e que nos narra a sua história. Ginga foi expulsa do seu reino pelos portugueses e mais tarde conquistou outra região, a Matamba, onde se retirou e governou até ao fim da vida, aos 82 anos.

Agualusa, neste último romance, documentou-se longamente antes de passar à escrita, estudando os numerosos textos disponíveis, sobretudo “A História Geral das Guerras Angolanas” do historiador português António de Oliveira Cadornega, que foi

contemporâneo da rainha Ginga, mas admite que só em relação a poucas fontes podemos ter a certeza absoluta da verdade histórica. A criatividade literária mistura-se habilmente com as referências históricas e o resultado é um texto rico de interesse histórico, mas também de emoções e de fantasia.

O caso mais evidente é o da relação que nos chega, através dos séculos, do padre capuchinho Cavazzi de Montecucolo, que viveu junto da rainha Ginga e de quem foi confidente e confessor.

É um documento fascinante e de grande valor histórico, principalmente etnográfico e antropológico, mas que deixa muitos historiadores hesitantes acerca da sua total veracidade. Nas memórias do padre capuchinho, de facto, a figura da rainha Ginga aparece-nos como uma personagem terrível, que nos impressiona pela sua grande crueldade e pelos comportamentos quase desumanos. Ligada à tribo dos guerreiros Jagas, quer pelo nascimento (era filha do rei e de uma escrava jaga), quer pelo casamento tardio com o chefe desta tribo, Ginga parece, segundo o relato do padre Cavazzi, partilhar os mesmos hábitos de crueldade extrema, de vida dissoluta e até de antropofagia.

Voltaremos adiante sobre este documento, fundamental na análise da personagem, mas para já põe-se a questão: como conciliar esta representação da rainha cruel, no limite da humanidade, com a outra, oposta e surgida depois da independência de Angola, que a retrata como uma heroína, um importante símbolo do nacionalismo angolano?

É difícil responder não conhecendo totalmente a verdade histórica dos factos, mas valerá a pena, talvez, mencionar, mais uma vez, uma das categorias de Gramsci, o conceito de “história integral”.

Gramsci, ao criticar as teorias históricas de Croce, contrapõe a categoria de “história integral”, ou seja de uma história onde a valência política seja determinante.

Esta história deve fazer ouvir a voz sufocada e esquecida dos povos subalternos, dos não-protagonistas esquecidos pelos manuais escolares. Uma ideia que se relaciona com outro conceito gramsciano, o de “revolução passiva”, que explica como o subalterno não faz a revolução, mas está só condenado a sofrer as suas consequências negativas, como a guerra e a pobreza.

Falámos de Aqualusa como de um importante escritor lusófono e, por isso, antes de analisar as temáticas recorrentes ao longo da sua obra, queremos reflectir sobre o

mundo das diferentes Literaturas Lusófonas, um campo plural e multifacetado que infelizmente ainda não tem uma grande ressonância internacional.

Nos anos 60, o analfabetismo, nas colônias portuguesas, era enorme. Em Angola, havia 97% de analfabetos, em Moçambique, 98%. Era, por isso, absurdo falar de uma literatura colonial negra, pois só os “assimilados”, uma minoria negra, tinha acesso à alfabetização.

Hoje, como é evidente, a situação mudou e já podemos falar de literaturas com características nacionais nas ex-colônias portuguesas.

Sem negar a sua pluralidade e diversidade, tentaremos apontar, nelas, alguns traços comuns:

1. a crítica do colonialismo e a construção de um âmbito pós-colonial
2. a elaboração do conceito de “negritude”
3. a presença importante de autores africanos brancos e de autores euro-africanos
4. a questão da língua, ou seja o hibridismo linguístico, que mistura a língua do colono com as línguas de raiz africana
5. as temáticas comuns: o misticismo, a metamorfose homem/animal e homem/natureza, a denúncia da condição feminina, a questão de identidade e de género, a crítica social, o olhar sobre a infância...
6. os estilos literários comuns: lirismo, realismo, realismo-mágico
7. a introdução do registo oral no registo escrito
8. as influências literárias comuns e recíprocas: a influência da literatura brasileira na literatura africana, a influência da literatura europeia e da literatura da América Latina nas literaturas brasileiras e africanas.

Antes de analisarmos as temáticas presentes no romance, lembramos algumas representações literárias, que precedem a obra de Agualusa.

Segundo a professora Selma Pantoja,⁷⁹ da Universidade de Brasília, que traça um interessante panorama histórico destas representações, os testemunhos de religiosos ou de viajantes contemporâneos da rainha têm todos as mesmas características: são relatos que denotam uma visão de pessoas estrangeiras e do sexo masculino, o que explicaria também a repreensão acerca do comportamento sexual de Ginga, considerado imoral e dissoluto. Cadornega e Cavazzi, por exemplo, os dois nome mais importantes

desse período, não deixam de lembrar que a rainha, que queria ser chamada “rei”, se vestia de homem e que se fazia acompanhar por homens em trajes de mulheres. Aliás, todo o seu comportamento sexual é visto como imoral, considerada a sua crueldade e promiscuidade.

Mais tarde, em 1769, o iluminista Castilhon escreve o primeiro romance europeu dedicado à rainha e intitulado “ Zingha, Reine d'Angola”. Castilhon traça o perfil de uma mulher que é ao mesmo tempo “cruel e sublime”, “meio selvagem e meio política”.

No século seguinte, em 1835, uma nobre francesa, a duquesa de Abbrantès, escreve “Zingha, Reine de Matamba e de Angola”, onde Ginga aparece como uma “mulher avançada no seu tempo”, apesar de ter sido educada pelo pai com uma “ferocidade tigresca”.

Na década de '60 do século XX, a figura de Ginga ressurgiu como heroína do nacionalismo africano contra a ocupação colonial.

Posição tomada também, em 1975, pelo escritor angolano Manuel Pedro Pacavira que no romance “Nzinga Mbandi” traça a imagem da guerreira nacionalista. O romance foi escrito quando o escritor estava fechado na prisão do Tarrafal, em Cabo Verde.

Em 1997, o escritor angolano Pepetela escreve “ A gloriosa família: o tempo dos flamengos”, onde, embora não seja propriamente um livro sobre Ginga, a sua figura está presente em toda a história.

1) As temáticas

As temáticas referidas estão bem presentes no romance “A Rainha Ginga” de Agualusa.

Delas preferimos isolar uma que se situa no âmbito da história do colonialismo: a enorme tragédia que foi o tráfico de seres humanos, a escravatura.

A história da rainha Ginga situa-se nesse cenário, nos tumultuosos e sangrentos anos da primeira colonização portuguesa em terras africanas, período que vai do século XV ao século XVII e que as palavras de Vasco da Gama resumem muito bem: “Os portugueses partem à procura de cristãos e de especiarias”.

Especiarias às quais se acrescenta mais tarde a procura do ouro e de outro elemento que se transforma rapidamente no mais lucrativo dos comércios: o tráfico de seres humanos.

Muito já se falou e se escreveu sobre a escravatura, mas, pensamos, nunca será de mais lembrar um acontecimento histórico de tal importância.

Aliás, voltando ao conceito de fronteira, haverá maior e mais dramática fronteira do que o fenómeno histórico da escravatura? Onde milhares de seres humanos foram arrancados da própria terra e transportados, em condições monstruosas, para uma outra fronteira espacial e onde a fronteira entre civilização e barbárie e entre ser humano e objecto/mercadoria foi constantemente ultrapassada?

Citamos unicamente, para ilustrarmos este ponto, o testemunho, referido por Basil Davidson em “Mãe Negra”. A descrição é de um inglês que viajava numa fragata britânica, em 1829. A fragata, no Atlântico Sul, perseguiu e fez parar um navio negreiro. Eis o relato do viajante inglês:

“A carga do navio negreiro era composta por quinhentos e cinco homens e mulheres -a tripulação já tinha atirado ao mar cinquenta e cinco deles durante os dezassete dias de viagem- e estes escravos estavam todos fechados sob escotilhas gradeadas, entre tombadilhos. O espaço era tão pequeno que estavam sentados entre as pernas uns dos outros, e de tal modo apertados que não tinham qualquer possibilidade de se deitarem ou de mudarem sequer de posição, nem de dia nem de noite. Como pertenciam e tinham sido despachados por conta de donos diferentes, estavam todos marcados, como carneiros, com os estigmas dos seus vários donos. Estas marcas (...) tinham sido aplicadas com ferros em brasa.” (Davidson, 1978:8)

Uma imagem que nos faz pensar imediatamente na actual tragédia dos refugiados que atravessam os mares para chegar às terras europeias, apinhados de forma sub-humana nos frágeis barcos. Pessoas tratadas também como mercadoria e marcadas no braço, como acontecia com os escravos.

Como sabemos, a escravatura não começa com o tráfico atlântico. Era uma prática corrente também na Europa medieval e antes disso junto dos Gregos e dos Romanos. O próprio Aristóteles, como declarava que “alguns são feitos para governar e outros para serem governados e isso não é só necessário, mas justo; pelo nascimento, alguns são destinados a serem subjugados e outros não”.

Para os gregos, os “bárbaros”, ou seja os estrangeiros, os não-gregos, podiam ser feitos escravos. Mas a escravatura não seguia regras de “cor”, este tipo de discriminação só surgirá mais tarde, explorando também o mito bíblico de Caím.

Não faziam exceção os reinos instalados nos territórios africanos antes da ocupação colonial: a escravatura existia também sob o domínio da rainha Ginga. A rainha tinha escravos, como é, aliás, documentado pelos relatos da época, em primeiro lugar pelo padre Cavazzi.

Mas o tráfico de seres humanos começa verdadeiramente no século XVI, a seguir às primeiras ocupações de terras africanas pelos portugueses. Um comércio de vidas humanas que durará mais de seis séculos, como é lembrado num óptimo e recente estudo intitulado “Brasil: uma Biografia”, das investigadoras brasileiras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling.

Durante esse período, cerca de 11 milhões de africanos foram deportados para as Américas, através do tráfico português, inglês, espanhol e francês. Mas a este número é preciso acrescentar os milhões de vidas que se perderam durante as terríveis viagens transatlânticas. Estima-se que para cada escravo que chegava ao destino, quatro morriam durante a viagem. O resultado foi a desertificação de muitas regiões africanas, condenadas ao sub-desenvolvimento endémico, acontecimento histórico que hoje poderíamos facilmente definir como um genocídio programado.

É também interessante e faz reflectir a conclusão que aparece no ensaio citado “Brasil: uma autobiografia”, onde as autoras sugerem que grande parte dos aspectos negativos do Brasil actual, como a violência, a injustiça social e a corrupção têm as suas raízes na sociedade violenta e desumana criada, há muitos séculos atrás, pelo colonialismo e pelo tráfico de escravos.

A temática da escravatura é uma das mais fortes no romance de Agualusa, que, aliás, salienta como a descrição dos castigos infligidos a um dos escravos tem fundamentos históricos bem precisos, tratando-se de uma denúncia ao Santo Ofício feita contra Garcia d'Ávila Pereira Aragão, um rico senhor dono de um engenho no Recôncavo Baiano.

O escritor conta como o dono do engenho, no romance o Senhor Silvestre, para castigar o escravo Caetano,

“ordenou que o colocassem numa cama-de-vento, com os braços e as pernas amarrados por fortes cordas, presas a argolas de ferro, e tendo-o todo esticado fez que o flagelassem por dois açoitadores, desde as onze da manhã até às cinco da tarde (...) Caetano, não suportando o castigo, desmaiava repetidas vezes, sendo logo despertado pelo próprio amo, o qual lhe derramava sobre as vistas uma mistura de sumo de limão com aquela pimenta muito agressiva a que, em Angola, se chama jindungo cahombo.

Os cães de caça de Silvestre vinham lamber, com grande deleite, o sangue que escorria da cama-de-vento. Suponho que estivessem habituados a banquetear-se com a agonia dos escravos.” (Aqualusa, 2015:126/127)

→ **O Padre e a Rainha**

O Padre

Mas voltando ao romance de Aqualusa, embora o título seja “A Rainha Ginga”, durante a leitura do romance percebemos rapidamente que o verdadeiro protagonista da narrativa é o padre pernambucano Francisco Santa Cruz, conselheiro e confessor da rainha. Personagem de ficção, mas que nos remete para a figura histórica do padre capuchinho Cavazzi de Montecuccolo, autor da “Istorica Descrizione de tre regni Congo, Matamba ed Angola”, publicada em Bolonha em 1687.

O padre Francisco criado por Aqualusa parte, assim, da personagem histórica, mas dela se destaca rapidamente. Como veremos, o padre Cavazzi era um homem da igreja profundamente ligado à ortodoxia eclesiástica e influenciado pelos preconceitos sobre os africanos que ele considerava selvagens e cruéis, salvos unicamente através da conversão à fé católica. O padre Francisco, ao contrário, debate-se desde o início com mil dúvidas, sobre a fé, sobre a sua missão, sobre a sua identidade de padre e de homem. E acabará, de facto, por abandonar a sua veste de padre e por ligar-se a uma jovem mulher africana.

O padre é, desde o início do romance, apresentado como um mestiço. Em resposta à reacção de surpresa da rainha Ginga sobre a sua aparência, Francisco responde que a sua mãe era índia e o seu pai um mulato, filho de um comerciante da Póvoa de Varzim e de uma negra mineira, que era “uma mulher de muitos encantos e encantamentos”. E o padre conclui:

“Sou a soma, por certo um tanto extravagante, de todos esses sangues inimigos”.

A integração do padre nas terras angolanas acontece através da amizade com Domingos Vaz, um ex-escravo levado para o Brasil e que agora, regressado, tem por sua vez escravos e que trabalha na corte de Ginga como “língua”, ou seja como tradutor, falando inúmeros idiomas: o quimbundo, o tupi, o português, o congo, o francês e o holandês. É na sua casa que o padre conhecerá Muxima, a jovem que será mais tarde a sua mulher. E é falando com Domingos que as primeiras dúvidas surgem na mente do

padre. Quando Domingos lhe pergunta se o Diabo existe em todo o mundo e Francisco, espantado pela pergunta, responde que sim, Domingos comenta amargamente:

“Nos sertões de África não há tal malefício. Antes da chegada de Diogo Cão não existia em África a figura do demo. Os portugueses trouxeram o cão nas caravelas. Melhor seria que o levassem de volta.”

E no fim do romance, quando a igreja já o expulsou, à pergunta feita pelo mágico Hongolo “Porquê é que os padres insistem em nos importunar com o seu Deus e o seu Diabo?”, o padre responde com tristeza

“Eles acham que têm o dever de salvar os africanos...”

Ao que o mágico lhe conta a história do macaco e do peixe: um macaco vê um peixe dentro da água e pensa que se está a afogar. Apanha-o e ao ver como ele salta e se agita fora da água, pensa satisfeito “vejam como está feliz!”.

E o mágico conclui: “O que eu mais receio é que os próprios peixes comecem a acreditar nos macacos”.

O padre Francisco acaba por deixar a sua mulher Muxima, que foi viver para Luanda, e refugiar-se com o filho em Amsterdão, onde abrirá uma tenda de livros. “Não ficámos ricos, ele comenta, mas temos composto livros belíssimos”.

A rainha Ginga

Em relação à rainha Ginga e como já foi mencionado, as versões que chegam até nós não podiam ser mais díspares e contraditórias. Contudo, sobre um ponto todas concordam: esta figura de mulher e de mulher africana, quer seja positiva ou negativa, impõe-se pela sua forte e extraordinária personalidade, assim como pela sua valentia militar e inteligência política.

Cruel e selvagem para o padre Cavazzi; sensível, inteligente e quase uma santa para o padre Gaeta, contemporâneo de Cavazzi junto da corte de Ginga; heroína da independência angolana para os angolanos da Angola moderna, símbolo de uma guerreira que combate contra o colonialismo português; exemplo do poder das mulheres contra uma sociedade de homens para as feministas, nomeadamente pelas feministas afro-americanas.

E para o escritor Agualusa? O autor disse, numa recente entrevista, que quis sair desta dicotomia a preto e branco que lhe parecia muito artificial e, ao contrário, traçar uma personagem mais contraditória e, por isso, mais credível e humana.

Entre as muitas interpretações, optamos por focar a nossa atenção sobretudo sobre a obra do padre Cavazzi de Montecucolo, um texto impressionante ao qual é difícil ficar indiferente.

A obra foi publicada pela primeira vez em Bolonha em 1687, com o título “Istorica descrizione de tre regni Congo, Matamba ed Angola”. Foi reeditada em italiano em 1690 e mais tarde traduzida para alemão e francês no início do século XVIII. A obra de Cavazzi caiu a seguir no esquecimento e só em 1969 foi encontrado um manuscrito entre os arquivos da família Araldi na cidade de Modena. O manuscrito, rico em desenhos e pinturas da autoria do próprio padre, revelou-se como a primeira versão da obra de Cavazzi e foi recuperado e editado novamente em Itália, em 1987. Em França, a Editora Chandeigne publicou recentemente o texto, numa bonita edição, ilustrada com as pinturas originais.

O relato que o padre faz da rainha e do seu reino é terrível: surge o retrato de uma sociedade cruel e violenta onde a rainha mandava com um despotismo absoluto. Ela aparece como uma mulher cruel, dissoluta e até antropófaga, alguém que para atingir o poder não hesita em manchar-se dos piores crimes.

Verdade histórica ou fruto de uma evidente atitude anti-africana, manchada por um racismo dos mais primários? Lendo as memórias do padre Cavazzi, é evidente que para ele os negros não passam de uns seres inferiores, selvagens, cuja salvação só poderá acontecer através da conversão à fé cristã.

Citamos só esta passagem:

“ Estes pretos, apesar de incultos e bárbaros, quando são guiados em direcção ao caminho cristão, conseguem segui-lo com todo o seu coração e a sua simplicidade, o que é de grande importância por poderem, assim, contar com a ajuda celeste e contrabalançar a sua instabilidade natural...”

Mas as descrições mais chocantes dizem respeito a um outro manuscrito, publicado no mesmo volume pela Editora Chandeigne e intitulado “Manuscrito da Missão Evangélica”.

São páginas que foram censuradas ou edulcoradas pela Igreja na versão original da “Istorica Descrizione” e ao lê-las percebemos porquê. O Manuscrito representa, precisamente, uma verdadeira descida ao inferno, onde a rainha, influenciada pelas práticas cruéis dos Jagas, aparece como ainda mais monstruosa e desumana do que aparecia no primeiro texto. Embora os horrores tenham, como diríamos hoje, com um “final feliz”, que corresponde à salvação da rainha através da conversão.

Citamos só esta passagem, que se refere ao castigo decidido pela rainha contra duas escravas culpadas de actos de lubricidade:

“(A rainha) não queria que morressem de repente, nem que fossem esterilizadas, assim ordenou que para punir os seus pecados e o prazer que tinham tido, as pontas das suas mãos fossem cortadas e enfiadas em vinagre e sal e que todos os dias uma outra camada fosse cortada e assim sucessivamente, até que ao nono dia se chegasse aos cotovelos. Mas ao oitavo dia, arrasadas pelos sofrimento e as convulsões, elas não resistiram, pagando desta forma o breve prazer dos seus sentidos.”

Descrições que contrastam, como foi referido, com as do padre Gaeta, contemporâneo do padre Cavazzi e que viveu também à corte da rainha.

Gaeta também, como Cavazzi, acredita que a selvajaria dos africanos poderá desaparecer ou pelo menos ser mitigada através da conversão à fé cristã, mas, quanto à rainha não tem dúvidas, ela é uma pessoa de extraordinária inteligência e sensibilidade.

A rainha Ginga, de facto, converteu-se duas vezes, a primeira ao que parece por razões diplomáticas e políticas durante a sua primeira visita a Luanda, quando veio em missão diplomática junto do exercito português, momento em que recebeu o nome cristão de Ana de Souza. A segunda já no fim da vida e, desta vez, segundo Cavazzi, por acreditar verdadeiramente na religião cristã e por arrependimento dos seus pecados e crueldade.

Quanto à versão de uma Ginga heroína da nação angolana, o próprio Agualusa diz absurda esta transformação de Ginga num ícone do nacionalismo. Diz Agualusa, numa recente entrevista:

“A rainha Ginga não é angolana. Ela actuou no espaço geográfico onde, hoje, se situa Angola, mas que, então, não existia. É como Viriato. Ele não é um herói português, é um herói contra Portugal. A rainha Ginga não lutou por uma ideia de Angola. Ao contrário, se ela tivesse triunfado, não teria existido Angola como hoje a conhecemos.”

Contudo, não é esta a opinião do historiador angolano Cornélio Caley, que escreve, em 2010 no livro “A Rainha Nzinga Mbandi, história, mito e memória”, organizado por Inocência Mata:

“Finalmente há que considerar que foi no espaço da rainha Ginga que cresceu a raiz da resistência contra o invasor, de uma forma particular, e que se tornará ao longo dos tempos o berço que se vai estender a norte, a leste, e a sul. Foi a partir deste berço que se cria, a partir da década de 50, o centro de reconquista da dignidade angolana, quando vários partidos são fundados e acabam por afluir no MPLA em 1956.”

Quanto à versão feminista de Ginga, lembramos o contributo dado pela historiadora e escritora Sylvia Serbin que, no seu artigo “Ana Nzinga, rainha de Angola” publicado no citado “A Rainha Nzinga Mbandi”, nos apresenta a sua pesquisa, que vai da antiguidade ao início do século XX, sobre as mulheres que tiveram um papel determinante na história de alguns países africanos, nos Estados Unidos e nas Antilhas.

A historiadora realça, em primeiro lugar, a quase total ausência de grandes personagens femininas nos manuais de história, lacuna que não permite às novas gerações um conhecimento objectivo dos acontecimentos históricos. Faz excepção a isso, segundo a autora, o caso da comunidade afro-americana, onde, justamente, a figura de Ginga foi considerada e admirada como símbolo da coragem e do poder feminino. Mas não foi a única. A historiadora lembra algumas figuras de rainhas africanas: a rainha Amina de Zaira, soberana de Haoussa no século XVI; a rainha Poku na Costa de Marfim, no século XVIII; a rainha Ndete Yalla no Senegal, no século XIX e por fim a imperatriz Zaouditou na Etiópia, no século XX. Todas elas enfrentaram o colonialismo e são símbolos de resistência e de poder.

A penetração islâmica em África, num primeiro momento e da religião cristã com o colonialismo, mais tarde, são uma possível explicação, dada pela historiadora, para explicar o afastamento das mulheres da vida social e política nos seus países. Elas foram literalmente “apagadas” das memórias colectivas e o seu heroísmo, a sua resistência e abnegação quotidiana foram muitas vezes silenciados.

→ **Conclusão**

Estas palavras conclusivas têm a ver principalmente com a nossa reflexão sobre a História. O romance de Agualusa ilustra muito bem a fragilidade do maniqueísmo no âmbito histórico e na construção das personagens. Elas são, de facto, ambivalentes e mestiças, não só no corpo, mas também na alma. São seres humanos atormentados pelas dúvidas, pelas culpas e pela procura da identidade.

A verdade histórica é, assim, apresentada, no texto do escritor angolano, como frágil e manipulável, construída numa fronteira onde a voz do poder político e militar fala mais alto. Compete ao leitor descobri-la e correctamente interpretá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agualusa, J.E. 2014. *A Rainha Ginga*. Lisboa: Quetzal.
- Andrade, M. 1975. *Na noite grávida de punhais*. Lisboa: Sá da Costa.
- Blanchard, P.; Bancel, N.; Lemaire, S. 2006. *La fracture coloniale*. Paris: La Decouverte
- Cavazzi de Montecuccolo. 2014. *Njinga, Reine d'Angola*. Paris: Chandeigne.
- Coquery-Vidrovitch, C. 2011. *Petite Histoire de l'Afrique*. Paris: La Decouverte
- Cristóvão, F. (org.). 2012. *Ensaio Lusófonos*. Coimbra: Almedina.
- Davidson, B. 1978. *Mãe Negra*. Lisboa: Sá da Costa.
- Fanon, F. 2009. *Les damnés de la terre*. Paris: La Decouverte
- Guha, R.; Spivak, G. 2002. *Subaltern Studies*, Verona: Ombre Corte
- Gramsci, A. 2012. *Gramsci, a Cultura e os Subalternos* (Introdução e Tradução de Rita Ciotta Neves). Lisboa: Colibri.
- Leite, A.M. 2003. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Colibri.
- Laranjeira, P. 1985. *Literatura Calibanesca*. Porto: Afrontamento
- Mata, I. 2012. *A Rainha Nzinga Mbandi, história, memória e mito*. Lisboa: Colibri.
- M'Bokolo, E. 2003. *África negra, história e civilizações*. Lisboa: Vulgata
- Pantoja, S. (org.) 2001. *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo.
- Schwarcz, L.M.; Starling, H.M. 2015. *Brasil: uma biografia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Smouts, M.C. 2007. *La situation postcolonial*. Paris: Sciences Po.
- Spivak, G.C. 1987. *En d'autres mondes, en d'autres mots*. Paris: Payot

